

# A INCOERÊNCIA NA FORMAÇÃO DO ESTADO IUGOSLAVO: um “diálogo” com a obra *Nações e Nacionalismo* de Eric J. Hobsbawm

Samuel DECRESCI<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo refletir sobre os critérios e parâmetros que norteavam as instituições e intelectualidades políticas internacionais na confecção ou idealização dos postulantes a Estados nacionais ao longo do final do século XIX e início do XX. Ademais, analisar, em particular, as especificidades da ideia e formação do Estado iugoslavo, cujo nome de nascimento foi Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos.

**Palavras-chave:** Teoria Política. Nacionalismo. Pensamento Político. Conflitos Étnicos.

## THE INCOHERENCE IN THE FORMATION OF THE YUGOSLAVIAN STATE: a “dialogue” with Eric Hobsbawm’s book *Nations and nationalism*

**Abstract:** This article aims to reflect on the criteria and parameters that shaped the institutions and mindsets in international policies in the creation or idealization of candidates to national states throughout the late nineteenth and early twentieth centuries. In addition, examining in particular, the specifics of the idea and formation of the Yugoslav state, whose birth name was Kingdom of Serbs, Croats and Slovenes.

**Keywords:** Political Theory. Nationalism. Political Thought. Ethnic Conflicts.

O século XIX europeu é revelador de um período de grandes mudanças a que Estados e povos estavam submetidos. Gradativamente, o sistema capitalista e sua ideologia liberal modernizante avançavam sobre espaços antes dominados pelas tradições e relações tipicamente feu-

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCL - Campus de Araraquara). E-mail: samdecresci@gmail.com .

dais introduzindo nas diferentes sociedades o “ethos” da modernidade. Ao mesmo tempo em que algumas nações se constituíam como Estados, como Itália e Alemanha, grandes Impérios desmoronavam ou começavam a dar sinais evidentes de fragilidade. Na esteira desses eventos, muitos povos, subjugados por potências, ansiavam por constituírem Estados-Nação onde predominassem harmonia, solidariedade, liberdades e igualdade. Entretanto, era necessário muito mais que vontade para potencializar tais anseios, uma vez que uma série de desafios, critérios ou bases teóricas eram levadas em consideração na construção e aceitação de um Estado Nacional pela comunidade internacional. Esta primeira parte do presente artigo tem por finalidade refletir sobre tais questões.

Primeiramente, existiu um princípio, elaborado por teóricos e intelectuais liberais<sup>2</sup> do século XIX, conhecido por “ponto crítico” em que somente um Estado com dimensões consideráveis poder-se-ia efetivar e ser autossuficiente em suas necessidades básicas, não sendo um empecilho próprio e externo. Fora isso, considerava-se que apenas “nações viáveis” (que dispusessem de território com recursos naturais, tecnologia e capitais) poderiam obter sucesso em uma autodeterminação; para os povos “pequenos” ou “atrasados”, restava-lhes a tutela e incorporação/anexação a Estados maiores. Hobsbawm (1990) sublinha que, segundo a visão dos teóricos liberais, tal concretização representaria na evolução do progresso humano atingir estágios superiores. Tal premissa, com nuances deterministas e teleológicas, vigorou por todo século XIX e perdeu forças a partir da Primeira Guerra Mundial.

Segundo Hobsbawm (1990), um Estado, ao ser erigido, deveria levar em consideração língua, origem, história e cultura (etnicidade), uma vez que formações socioculturais sem precedentes históricos e com valores (morais e religiosos) e idiomas distintos dificilmente alcançariam uma homogeneidade e coesão nacionais. Sobre estas questões, cabem ainda algumas considerações. Sobre o idioma, faz-se necessário atentar para o fato de que, na Europa, existia e existe uma infinidade de dialetos dentro das diferentes regiões. Assim, ao eleger um (dialeto) como língua oficial dentro de um Estado-Nação, o critério decisivo foi reiteradamente aquele relacionado a uma elite cultural (“intelligentsia”) e econômica. Retornando à história e à etnicidade, Hobsbawm (1990) se utiliza de um conceito que remonta a um sentimento de solidariedade que estaria intimamente relacionado às comunidades tradicionais e que poderia preencher um vazio, ocasionado pela modernidade, no momento da edificação de um Estado-Nação moderno. Está se falando dos “laços protonacionais” ou “protonacionalismo”:

<sup>2</sup> Dentre eles se destacam Friedrich List e John Stuart Mill.

Em muitas partes do mundo, os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes de sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos... (HOBSBAWM, 1990, p. 63).

Ademais, entre o final do século XIX e início do século XX, sobretudo com o fim da Primeira Guerra Mundial e a vigência do “Wilsonianismo”<sup>3</sup>, ganha força o “princípio da nacionalidade” onde: “qualquer corpo de pessoas que se considerasse uma nação demandaria o direito à autodeterminação, o que significava o direito a um Estado independente soberano separado por seu território...” (HOBSBAWM, 1990, p. 126). Tal princípio que viceja, na esteira da onda nacionalista, elegia como critérios principais a etnia e língua, e relegava outros pontos, tais como dimensões territoriais, precedentes históricos ou sentimento de pertencimento a uma entidade histórica.

Como aludido acima, tal princípio vingou muito em função da conjuntura política internacional de 1918, onde Impérios multiétnicos seculares,<sup>4</sup> como o Turco Otomano e Áustria-Hungria, ruíram abrindo a possibilidade de autodeterminação e autonomia a uma série de povos que viveram durante muito tempo sob a tutela de outrem. Assim, nesta já citada conjuntura, os rumos dessa reordenação europeia seriam conduzidos pela potência vencedora, EUA, sua filosofia política de momento, o “Wilsonianismo”, e postas em prática pelo Tratado de Versalhes.

O “Wilsonianismo” e seus famosos “14 pontos”<sup>5</sup> pregavam, dentre outras coisas, a promoção e propagação da democracia, a livre determinação dos povos étnicos e, de um ponto de vista político e histórico estadunidense, o intervencionismo e o não-isolacionismo. Por outro lado, fomentar e incentivar a criação de tais Estados fragilizaria antigas potências e colocaria as incipientes nações sobre uma possível área de influência dos EUA e aliados (HOBSBAWM, 1995).

Por último, importante dedicar um espaço ao nacionalismo, espécie de fomentador ideológico do “nacional”. Tal fenômeno visto no tempo e espaço assumiu e assume especificidades e naturezas ambivalentes. No final do século XIX e início do XX, ele representou tanto a manifestação

<sup>3</sup> Refere-se a uma perspectiva política ideológica não isolacionista ou intervencionista do presidente estadunidense, Woodrow Wilson, à época do pós Primeira Guerra Mundial.

<sup>4</sup> No sentido de tempo.

<sup>5</sup> Documento pode ser consultado em: <http://icp.ge.ch/po/cliotexte/la-premiere-guerre-mondiale/wilson.sdn.html>; acessado em 01/09/2011 às 11h00min horas.

de coesão de identidades, grupos e comunidades tradicionais ameaçados, em vários sentidos, pelo rápido progresso da modernidade e das formas urbanas de vivência quanto uma ideologia burguesa, herdeira da Revolução Francesa, de viés emancipatório e aglutinador (HOBBSAWM, 1990). Ademais, ao nacionalismo e sua base conservadora de apego ao passado, justapõem-se (e se justapõem), recorrentemente, valores folclóricos ou mitológicos, religiosos e aqueles inerentes a uma intelectualidade.

Sendo assim, foram tratados critérios e questões concernentes à formação de alguns Estados-Nação europeus na passagem do século XIX para o século XX. Isto posto, em seguida apresentar-se-á os argumentos que atestam a incoerência da construção e ideia do Estado iugoslavo<sup>6</sup>.

## **A formação do Estado iugoslavo e sua peculiaridade de incoerência**

Benedict Anderson (1989), em sua clássica obra, *Nação e consciência nacional*, lança o axioma que revela toda a singularidade na confecção e formação dos Estados-Nação modernos: a nação é uma comunidade imaginária. Hobsbawm (1990), por sua vez, complementa tal ideia ao sublinhar que são os Estados e nacionalismos que formam as nações e não o contrário. Com isso, transplantando tais ideias para o objeto deste estudo e reflexão, vê-se que elas se ajustam perfeitamente. O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (futura Iugoslávia) nasce em 01 de dezembro de 1918, de uma ideia e nacionalismo sem, ao menos, um precedente sequer e acreditando fortemente no poder da língua. Nesta etapa do presente artigo, analisar-se-á sobre que estrutura/condições/ideologias foi erigido o Estado-Nação iugoslavo.

A Iugoslávia (Eslávia do Sul) foi, antes de tudo, uma ideia patrocinada por um grupo conhecido por Ilirianismo ou Ilirismo, uma espécie de movimento de propagação da libertação ao imperialismo político criado por teóricos e intelectuais croatas, eslovenos e sérvios, no século XIX, que propugnavam a união de todos os territórios eslavos do sul em uma grande nação com o estabelecimento de uma norma literária e dialetal. Tal movimento toma força na passagem do século e, com a sucessão de eventos, no início do século XX, sobretudo as guerras e derrocada dos impérios, ganha sustentação internacional. No dia 30/05/1917, antes mesmo do término da Primeira Guerra Mundial, um deputado esloveno desse

<sup>6</sup> Cujo primeiro nome foi “Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos”.

grupo, Anton Korosec<sup>7</sup>, em pleno parlamento austro-húngaro, lança a Declaração de Maio, propondo a união dos povos sérvio, croata e esloveno em uma monarquia. Seria o início da efetivação do ideal, da utopia ou “projeto de futuro”.

Importante destacar que esse movimento nacionalista pan-eslavo, de raízes liberais, era influenciado pela teoria, antes enunciada, do “ponto crítico”. Destarte, seus personagens temiam que, com a derrocada dos impérios multiétnicos, houvesse o que chamavam e tinham por “balkanização”, ou seja, a fragmentação da península balcânica em uma série de pequenos territórios. Assim, a tal princípio do “ponto crítico” (que propunha a criação de nações relativamente grandes e autossustentáveis) convergiu os pontos do “Wilsonianismo” (que propunham a autodeterminação das nacionalidades) coadunando, assim, na formação de um Estado de dimensões consideráveis. Deste modo, evitou-se a construção de pequenos Estados indesejáveis (HOBSBAWM, 1995). Jaime Brener (1994) cita que o Estado iugoslavo foi uma criação patrocinada pelos dois aliados da Sérvia, Inglaterra<sup>8</sup> e França, na Primeira Guerra Mundial. Para o jornalista/historiador, a ideia das potências era de que, ao instalar o novo Estado, criar-se-ia um grande Estado-tampão entre a Rússia socialista e a Europa ocidental.

Sobre o Estado em si e sua falta de lógica, faz-se necessário destacar que as etnias que o compunham: sérvia<sup>9</sup>, croata e eslovena jamais haviam tido um precedente histórico em comum, ou seja, não coexistiram, em alguma época, em uma mesma entidade histórica durável; tampouco possuíam origens comuns. Ademais, ressaltam-se aqui, em suas diferentes subalternidades, as diferentes formações sociais, culturais, econômicas e políticas vivenciadas por Croácia e Eslovênia<sup>10</sup>, de um lado, e Sérvia<sup>11</sup>, Bósnia, Montenegro e Kosovo, por outro. Um contraste patente na primeira

<sup>7</sup> Declaração e outras informações importantes podem ser consultadas em: <http://www.pasthound.com/topics/Corfu-Declaration>. Acesso em 02/09/2011.

<sup>8</sup> Para efeito de ilustração, conforme Feron (1999), o comitê de formação do Estado iugoslavo tinha base em Londres.

<sup>9</sup> Chama-se a atenção para o fato de que dentro da delimitação sérvia estavam presentes etnias não reconhecidas no Estado como os montenegrinos, macedônios, bósnios muçulmanos e kossovares de origem albanesa.

<sup>10</sup> Tais povos estiveram, primeiramente, sob a tutela católica romana e, posteriormente, sob o jugo austro-húngaro. Utilizam alfabeto latino e são católicos em sua maioria.

<sup>11</sup> Quanto a estes, estiveram primeiramente sob a tutela bizantino-ortodoxa e, posteriormente, sob domínio otomano. Assumiram a utilização do alfabeto cirílico. Quanto à religião, sérvios e montenegrinos são majoritariamente cristãos ortodoxos, enquanto que bósnios e kossovares muçulmanos.

lugoslávia é o embate ideológico e cultural urbano-industrial no ocidente versus rural-agrícola no oriente da Península Balcânica:

Essa dupla e longa dominação de otomanos e austro-húngaros (sobre os “eslavos do sul”<sup>12</sup>) ensejou o surgimento de duas perspectivas culturais na região. Uma ‘mentalidade ocidentalizante’ no sentido de maior abertura para o capitalismo desenvolveu-se nas áreas que haviam estado sob o domínio austro-húngaro. Em contrapartida, nas áreas que estiveram sob o domínio otomano tomou corpo uma ‘mentalidade de resistência’ à cultura ocidental, sobretudo aos desenvolvimentos tecnológicos gerados pelo capitalismo (OLIC, 1993, p. 41).

Relacionados a essa questão aventada por Nélson Bacic Olic, o apego ou reação à modernidade, encontram-se os aspectos importantes da religião e nacionalismo sérvios.

Concomitante ao ideal pan-eslavo pregado pelo “Ilirismo” surgiu, da pena de uma “intelligentsia”, nas universidades, exército e instituições administrativas e religiosas da Sérvia, um nacionalismo de natureza xenófoba, expansionista e chauvinista onde a “idéia da Grande Sérvia” era propagada e difundida. Assim, com o advento do Estado sérvio, em 1878, a tradição é exaltada a partir de literaturas, jornais, história oral e senso comum. Neles, mitos, folclores e personagens medievais impregnavam o universo social daquela sociedade (JOVANOVIC, 1995) criando símbolos, rituais e práticas que conferem uma “realidade” à comunidade imaginária (HOBSBAWM, 1990). A Igreja Ortodoxa da Sérvia, por sua vez, fez o papel de “cimento social” (HOBSBAWM, 1990) da nacionalidade sérvia canonizando antigos reis<sup>13</sup>, dividindo grupos étnicos e acentuando as diferenças em relação às outras etnias, sobretudo croatas e eslovenos, de religião católica. John Reed (2002), em suas caminhadas pelos Balcãs, durante as duas guerras daquele continente (1912-13) e Mundial (1914-18), subscreve tais postulados acrescentando que o sentimento de adesão de grande parte da população à nacionalidade sérvia beirava o ufanismo e radicalidade. Hobsbawm (1990), por sua vez, aponta que a única etnia que vivenciara uma entidade histórica durável foi a sérvia e que devido a toda uma coesão e solidariedade endogâmicas possuíam laços protonacionais.

<sup>12</sup> Comentário do autor.

<sup>13</sup> Para efeito de ilustração, cabe citar que existiu um Reino Sérvio medieval. Este sucumbiu face às investidas dos turcos otomanos no século XIV. Os personagens da guerra (e outros que nem existiram) foram imortalizados ou pelas famosas poesias épicas e tradicionais dos sérvios ou pela igreja nacional.

Sendo assim, a partir de tais constatações, pode-se afirmar que a ideia “sérvia”, na Sérvia, superava e inviabilizava a “iugoslava”.

Quanto à língua/idioma, existiam inúmeros dialetos dentro do território que compreendia a futura Iugoslávia. Genericamente, apresentavam mais semelhanças que contrastes. Entretanto, um dialeto, falado pela maioria dos sérvios e croatas, o “stokavian”, foi eleito pelos “ilirianistas”<sup>14</sup> como aquele que seria aprimorado e efetivado como o oficial. Subliminarmente, uma preponderância política servo-croata se manifestava no âmago do movimento. Dito isto, ocorre uma indagação: pode-se acreditar realmente que apenas a língua ou idioma sejam vetores de solidariedade ou coesão nacionais?

Segundo Benedict Anderson (1989), a língua pode ser uma ferramenta de direção para a criação de uma comunidade, de potencialidade de uma legitimação da nação a partir da criação de um padrão de linguagem na educação/imprensa. Todavia, ela efetiva o dialeto do dominante e contribui para a superação ou erradicação de dialetos menores. Em resumo, a despeito de tudo, ela pode forjar um sentimento de pertencimento à nação.

Por outro lado, Eric Hobsbawm (1995), em seu *Era dos Extremos*, ciente dos resultados pós 1989-1991, discorre sobre os critérios linguísticos e da criação dos Estados-Nação, no período pós Primeira Guerra Mundial e Tratado de Versalhes:

Na Europa o princípio básico de reordenação do mapa era criar Estados-nação étnico-linguísticos, segundo a crença de que as nações tinham o ‘direito de autodeterminação’. O presidente Wilson, dos EUA, cujas opiniões eram tidas como expressando as da potência sem a qual a guerra teria sido perdida, estava empenhado a fundo nessa crença, que era (e é) defendida com mais facilidade por quem está distante das realidades étnicas e linguísticas das regiões que seriam divididas em Estados-nação. A tentativa foi um desastre, como ainda pode se ver na Europa da década de 1990. Os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são as galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choco (1995, p. 39).

Finalmente, reitera-se aqui que os critérios preponderantes utilizados na construção do Estado iugoslavo não eram de longe os mais importantes. Ao relegar precedente histórico e formação sociocultural, políticos

---

<sup>14</sup> Dentre eles, o apóstolo maior, o croata Ljudevit Gaj (1809-1872).

e intelectuais deram forma a algo ou um “embrião” que era uma espécie de natimorto, ou seja, que não tinha, devido aos inúmeros contrastes, anseios e valores, potencialidade para existir. Na próxima parte tratar-se-á das especificidades políticas do início do Estado iugoslavo.

## Da vocação do “embrião” do Estado para natimorto

Com o fim iminente da guerra, no dia 20 de julho de 1917, na ilha grega de Corfu, dois líderes políticos de influência, Ante Trumbic, croata, e Nikola Pasic, sérvio, assinaram uma declaração de comprometimento para a formação de uma monarquia constitucional e parlamentar sob a direção da família real sérvia dos Karageorgevic. Entretanto: “havia esquecido, voluntariamente ou não, o ponto essencial: os ‘eslavos do sul’ seriam unificados por um Estado centralizado (unitário<sup>15</sup>) ou em uma federação?” (FERON, 1999, p. 19). Por mais estranho que pareça é verídico que o Estado iugoslavo foi erigido e constituído antes mesmo sequer de se deliberar e solucionar importante questão.

Assim, por meio de tramas e maquinações no incipiente Estado, os sérvios, majoritários em população e controladores do único exército<sup>16</sup>, centralizaram a política em torno de suas decisões relegando, a partir daí, seus compatriotas eslavos. Disso resultou que uma constituição altamente centralizadora e unitária fosse aprovada, ferindo, assim, os desígnios e expectativas dos croatas e eslovenos, que ansiavam por uma entidade federativa. A partir de então, houve uma prática conhecida por “servização”, que preencheu o aparelho burocrático estatal de sérvios em todos os setores. Em consequência, irrompem insatisfações e animosidades de croatas e eslovenos para com os preponderantes sérvios (FERON, 1999).

Sob a tutela da Sérvia, os dez anos de políticas “centralizantes”, que seguiriam, seriam caóticos, conturbados politicamente e dramáticos. Para efeito de ilustração, cabe citar alguns fatos que podem viabilizar o entendimento. Em 1928, devido às instabilidades, um incidente com armas de fogo, no parlamento “nacional”, envolvendo croatas, dentre ele o chefe do partido croata, Ante Radic, e um deputado montenegrino, Punisa Racic, terminou com a morte do primeiro. Por esta razão, aliada à desordem reinante, o Rei, amparado no exército, a partir de um golpe de Estado, suspendeu a constituição e proclamou sua ditadura pessoal, em 5 de janeiro de 1929 (AGUILAR, 2003). A partir daí, houve algumas reformas, como a

<sup>15</sup> Comentário do autor.

<sup>16</sup> Croácia e Eslovênia não possuíam exército, uma vez que elas pertenciam ao Império Austro-Húngaro.



do novo nome do país, Iugoslávia, a tentativa de escamotear as diferenças<sup>17</sup>, a partir da criação da etnia iugoslava e efetivaram-se pequenas concessões às partes divergentes. Não obstante, prosseguiu-se, de uma forma implícita, com a “servização” burocrática e parlamentar. Como resultado, tal *modus operandi* político e geral do governo real insuflou e cristalizou, ainda mais, o descontentamento e oposição de croatas e eslovenos<sup>18</sup> colaborando para a divisão nacional.

Finalmente, como bem aponta Aguilar (2003), sob o governo da casa monárquica sérvia foi construído um Estado; porém, não se construiu “um povo”, com identidade única, com liberdades e igualdade entre as partes. Houve o predomínio sérvio. Por outro lado, o paradoxal foi que croatas e eslovenos, subjugados antes por austro-húngaros, gozavam junto àqueles de certa autonomia política no seio imperial. Consideravam-se “europeizados” enquanto que tinham seus “irmãos” orientais por “balcanizados” e com perfil de asiáticos (FERON, 1999). Assim, ao se sujeitarem a esse tipo de dominação, sentiram um gosto amargo de retrocesso, mormente em matéria de liberdades e política.

## Considerações finais

Tendo em consideração o saldo final da Iugoslávia, sobretudo aquele relacionado aos conflitos, fratricídios e limpeza étnica, atenta-se para quão nocivas e incoseqüentes podem ser as atitudes de intelectuais e políticos de forjar nações e nacionalidades. Como bem destaca Hobsbawm (1990), ao longo da obra *Nações e nacionalismo*, uma nação não pode ser algo criado a partir de cima, da mente de intelectuais ou imposta por políticos e potências que desconhecem uma dada realidade social. Particularmente, penso que ela deve expressar a vontade de pessoas que possuem valores e vínculos profundos em comum, e que anseiam coexistir com aqueles que consideram seus semelhantes, em dado espaço e tempo.

## Referências bibliográficas

AGUILAR, Sérgio L. C. *A Guerra da Iugoslávia: Uma década de crises nos Balcãs*; São Paulo: Usina do livro, 2003.

<sup>17</sup> Importante citar que o Estado não reconhecia uma igualdade entre todas as etnias. Montenegrinos, macedônios e kossovares eram considerados sérvios, enquanto que bósnios ou eram croatas ou sérvios.

<sup>18</sup> Tais antagonismos tomariam feições trágicas com a eclosão da 2ª guerra mundial.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989. BRENER, Jayme. *O Mundo pós guerra-fria*. São Paulo: Editora Sapione, 1994. (Série Ponto de Apoio).

FERON, Bernard. *Iugoslávia: A guerra do final do milênio*. Porto Alegre: L&PM, 1999. (Coleção Le Monde).

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914- 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOVANOVIC, Aleksandar. *À sombra do quarto crescente*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

OLIC, Nelson Bacic. *A desintegração do leste: URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna, 1993.

REED, John. *Guerra dos Balcãs*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.